

Fortaleza-CE, 10 de julho de 2021.

É com sabor de vitória que recebemos a notícia, via Ofício Circular nº 4/2021-DEB/CAPEs, do ingresso de novos bolsistas do PIBID e do Programa Residência Pedagógica (PRP) no sistema da Capes. A estratégia de impedimento de novas inserções de bolsistas tem sido usada pela Capes em momentos de crise e sendo por vezes revertida por força da mobilização nas bases dos programas, coordenada pelo FORPIBID-RP. Manifestações das instituições de ensino superior (IES), como ANDIFES e ABRUEM, somadas às iniciativas de parlamentares de diferentes partidos, reivindicaram a mudança de posição da Capes, que traria prejuízos aos bolsistas licenciandos, em meio à tamanha crise social agravada com a pandemia.

Na contramão da vitória conquistada, a nova Portaria do MEC nº 412, de 17 de junho de 2021, instituiu o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares e tem como objetivo fomentar a adequação das licenciaturas, Pedagogia e formação de gestores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Base Nacional Curricular (BNC) - Formação Inicial, por meio de parceria entre IES federais, estaduais e privadas sem fins lucrativos (sic). O Edital Capes nº 35, de 21 de junho de 2021, estabelece que serão 5.280 vagas em até 33 IES em rede, distribuídas nas cinco regiões do país. O projeto institucional deve contemplar oferta dos cursos de Pedagogia, Matemática, Letras Português e da área de

Ciências/Licenciatura Interdisciplinar, bem como da Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, Ensino ou Licenciatura Interdisciplinar.

Questionamos: Que preocupações esse novo programa traz ao campo da Formação de Professores e também ao PIBID RP? São duas questões centrais: a concepção e o financiamento. Como modelo de formação, o novo programa caminha na direção oposta ao PIBID e ao PRP, pois tem no alinhamento com a BNCC e com a BNC-Formação Inicial seu eixo, fato que compromete a autonomia de formação e pesquisa das IES em suas licenciaturas. O reconhecimento do desenho pedagógico é um dos pontos fortes desses programas, atestados por diferentes pesquisas nos últimos anos. Por que mudar? Outra questão importante é o financiamento do novo programa de formação de professores que será consignado no orçamento SEB/MEC, na Ação Orçamentária 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica, sendo previstos três milhões/ano para cada projeto, sendo um milhão para cada IES. Há a previsão de bolsa para o licenciando no último ano do curso no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais), quantitativo a ser acrescido ao orçamento de cada IES.

O que se pode depreender é que o MEC está retirando da CAPES a missão de promover políticas de formação e valorização do magistério da educação básica, reforçando o que já está há muito evidente: o Ministério da Educação está às cegas, promovendo ações desarticuladas. Ao destinar recursos que poderiam ser aplicados na rubrica que atendem PIBID, PRP e Parfor, por exemplo, apostam em outro modelo de formação, num momento em que deveriam garantir e consolidar aquelas que já têm demonstrado cumprir seu papel, enfraquecendo a potencialidade desses programas. Não se pode esquecer do corte na oferta de bolsas, de 90 mil em 2018, para pouco mais de 60 mil em 2020. Outro elemento, que salta os olhos e preocupa pelo açodamento, é

o prazo para apresentação de propostas de relativa complexidade ser 23 de agosto de 2021, considerando a tramitação interna e interinstitucional das referidas parcerias. Certamente, caso haja a adesão ao programa, ocorrerá enfraquecimento das licenciaturas existentes nas IES, além de pulverização de orçamento para programas que já acumulam *expertise* e avaliações positivas na formação, como é o caso dos PIBID, PRP e Parfor. É importante frisar que o FORPIBID-RP não coaduna com o alinhamento apresentado no edital, e, por isso, continuará a questionar sua abrangência e concepção.

Portanto, cumpre questionar ainda: **o MEC promoverá duas políticas distintas que atingem o estágio supervisionado nas licenciaturas? O que poderá ser financiado no recurso previsto? Quem atuará nessas novas licenciaturas, haverá concursos e contratação ou as IES terão que sobrecarregar o extenuado corpo docente?** E, por fim, **sem garantias de apoio financeiro durante todo o programa, como embarcar numa nau que não garante a viagem até o fim?** Ante tantas incertezas, o Diretório Nacional do Forpibid-RP considera que a adesão ao novo programa compromete os avanços até aqui conquistados pela política de formação docente até agora implementada pela Capes, apesar de sérios ataques e restrições a ela por parte dos diferentes governos. Seguimos na convicção que PIBID e PRP têm se mostrado como expressão da resistência e de um modelo emancipatório de formação docente e ficarão em pé diante de mais essas adversidades. O fato é que nunca se viu um edital com tantas brechas e com tanta ânsia de colocar em prática a política das bases (BNCC e BNC-F) com o intuito de nivelar para controlar.

Momento importante nesses últimos dias foi a realização da audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara de Deputados, em 07 de julho de 2021, requerida pelo presidente dessa comissão,

Deputado Aliel Machado (PSB-PR), a partir de uma provocação da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - Apiesp e da Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais - Abruem. Na ocasião, o Diretor da DEB/Capes, Sr. Carlos Lenuzza, ao tentar minimizar tanto os efeitos da suspensão de substituição de bolsistas, quanto o recuo que voltou a permitir a inclusão de estudantes, disse que a medida tratava-se apenas de um planejamento, em evidente alinhamento às bravatas do ocupante da Presidência da República. Acrescentou às suas falácias dado que aponta que PIBID e PRP só preenchem 38mil das 60 mil vagas destinadas aos programas, fato que precisamos contrapor e enfrentar, pois poderá ser a justificativa para novos cortes nas próximas edições dos programas. Cabe destaque neste boletim a fala da Profa. Fátima Padoan, presidente da Apiesp, que trouxe importantes destaques das ações realizadas e dos impactos dos Programas, com o reforço do reclamo presente no *chat* sobre o lançamento de novos editais. A resposta do representante da Capes também sinaliza que teremos muito a fazer nos próximos meses, em articulação com o Congresso Nacional, para garantir recursos orçamentários para a continuidade do Pibid e do PRP.

Para não tirar o sabor das conquistas, mesmo com preocupações, o contexto é de vitória e por isso anunciamos a realização do grande evento: **VIII ENALIC, o VII Seminário Nacional do PIBID e o II Seminário Nacional do Residência Pedagógica**, a ser realizado de 07 a 11 de dezembro 2021, de modo *online*, que além de comemorar o centenário de Paulo Freire, discutirá com toda energia e atenção essa conjuntura, pelo tema central "*Nós passarinhos, eles passarão: esperar, agir e resistir na formação docente!*". Acessem e divulguem: www.enalic.com.br, contamos com tod@s vocês!

Diretório Nacional do Forpibid-rp